

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA BAIXADA FLUMINENSE: DO PERCEBIDO AO VIVIDO PELA DIALÉTICA DE HENRI LEFEBVRE¹

Marcia Soares de Alvarenga²
Marcos Vinicius Reis Fernandes³

Resumo

O objetivo do artigo é analisar o papel do Projeto Baixada (1986-1990) como um dispositivo político operado pelos movimentos associativos em três municípios de periferias urbanas na Baixada Fluminense. Com base em fontes documentais e bibliográficas, a perspectiva teórico-metodológica do artigo ancora-se no materialismo histórico dialético em que o conceito de espaço (LEFEBVRE, 2000) é compreendido como relação social. Conclui-se que o projeto em referência é um resíduo de tempos desiguais, reverberando nas vozes de sujeitos que reivindicam necessidades radicais para a reprodução da vida.

Palavras-chave: Projeto Baixada; Produção do Espaço; Movimentos Sociais; Direito à Educação

EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN LA BAIXADA FLUMINENSE: DE PERCIBIDO A VIVIDO EN LA DIALÉCTICA DE HENRI LEFEBVRE

Resumen

El objetivo del artículo es analizar el papel del Proyecto Baixada (1986-1990) como dispositivo político operado por movimientos asociativos en tres municipios de la periferia urbana de la Baixada Fluminense. A partir de fuentes documentales y bibliográficas, la perspectiva teórico-metodológica del artículo se ancla en el materialismo histórico dialéctico en el que se entiende el concepto de espacio (LEFEBVRE, 2000) como relación social. Se concluye que el proyecto en referencia es un residuo de tiempos desiguales que reverberan en las voces de sujetos que reclaman necesidades radicales para la reproducción de la vida.

Palabras clave: Proyecto Baixada; Producción espacial; Movimientos sociales; Derecho a la educación.

YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE BAIXADA FLUMINENSE: FROM PERCEIVED TO LIVED IN THE DIALECTICS OF HENRI LEFEBVRE

Abstract

The aim of the article is to analyze the role of the Baixada Project (1986-1990) as a political device operated by associative movements in three municipalities in the urban peripheries of the Baixada Fluminense. Based on documentary and bibliographic sources, the theoretical-methodological perspective of the article is anchored in the dialectical historical materialism in which the concept of space (LEFEBVRE, 2000) is understood as a social relationship. It is concluded that the project in reference is a residue of unequal times reverberating in the voices of subjects who claim radical needs for the reproduction of life.

Keywords: Baixada Project; Space Production; Social movements; Right to education.

¹ Artigo recebido em 16/07/2021. Primeira avaliação em 15/08/2021. Segunda avaliação em 19/08/2021. Aprovado em 03/09/2021. Publicado em 11/11/2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v19i40.50874>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: msoalvarenga@uol.com.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4672329547292143>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8686-9844>.

³ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) -
E-mail: viniciuserj@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9711476214321996>;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6044-981X>.

Introdução

O período sócio-histórico de distensão da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), que dará início à Nova República (1985-1990), constitui uma realidade histórica das mais relevantes para a análise sobre o lugar ocupado pela educação de jovens e adultos naquela conjuntura. Com a extinção da Fundação Mobral (1970-1985), o Governo Federal cria a Fundação Educar (Educar-1986-1990), cujo processo envolveu a redefinição dos objetivos do Mobral, sendo estes incorporados pela sua sucessora, no âmbito das metas do Programa Educação para Todos: Caminho para a Mudança (1985), lançado pelo Ministério da Educação.

Em convênio com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), um dos principais objetivos da Educar foi apoiar movimentos organizados para o desenvolvimento da educação básica para jovens e adultos, através de cooperação técnica, financeira e material.

O Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos para a Baixada Fluminense – o Projeto Baixada (1986-1990)⁴, objeto do presente artigo – configurou-se como um projeto experimental que priorizou o atendimento às áreas de maior concentração de jovens e adultos sem escolarização básica, ou seja, a periferia dos grandes centros urbanos a concentrarem o maior número de pessoas maiores de 15 anos não alfabetizadas (Unicef/MEC/Educar, 1986).

A justificativa para retomarmos o Projeto Baixada (PB) se insere na questão de que estudos sobre o Mobral encontram-se bem documentados em vários trabalhos acadêmicos que acentuam as contradições das ações sob a égide do regime autoritário (PAIVA, 2003; CUNHA, 1991). Porém, em relação à Fundação Educar, estudos mais recentes indicam existirem lacunas sobre análises de suas ações na historiografia da educação de jovens e adultos, sobretudo no que diz respeito aos registros de análises de trabalhos empíricos territorialmente localizados (SOUZA JUNIOR, 2012; MONTEIRO, 2007), como é o caso do Projeto Baixada.

Os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti fizeram parte do projeto por corresponderem a aspectos considerados relevantes que justificaram a implantação do projeto nessas cidades. Ou seja, serem municípios de

⁴ Nome assim designado pelos técnicos da Fundação Educar ao Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense (UNICEF/MEC/FUNDAÇÃO EDUCAR, 1986).

periferia urbana, com grande concentração de pessoas acima de 15 anos não alfabetizadas.

A despeito de seu caráter inovador em termos de abrangência territorial e de convênios firmados com entidades fortemente ligadas a movimentos associativos e de atuações comunitárias, entre outras, a Cáritas Diocesana de Duque de Caxias e São João de Meriti e associações de moradores filiadas à Federação de Amigos de Bairros de Nova Iguaçu (MAB), o Movimento União de Bairros de Duque de Caxias (MUB) e a Federação de Associações de Moradores de São João de Meriti (ABM), o PB foi, até o momento, objeto de estudos de apenas três dissertações de mestrado (ALVARENGA, 1991; ANDRADE, 1993; MONTEIRO, 2007).

Considerado o contexto de transição para a democracia, após 21 anos de ditadura militar (1964-1985), a área de abrangência de implantação do projeto em que o movimento associativista se expande e as condições que conformaram a Baixada Fluminense como espaço social periférico, o objetivo dos autores deste artigo é analisar o papel do PB como um dispositivo político operado pelos movimentos sociais, entrelaçado às relações de lutas a fim de melhorar as condições de vida em uma região na qual se ampliaram rapidamente a urbanização da pobreza.

O materialismo histórico dialético é o referencial teórico do artigo, estando ele presente principalmente na primeira seção, em que buscamos aprofundar as condições de produção social da Baixada Fluminense em sua relação com a capital metropolitana do estado do Rio de Janeiro, pela qual deve ser compreendida a dialética entre centro e periferia. Como objeto da realidade social, o PB é examinado por esta relação. Para tanto, nos valem de análise documental (EVANGELISTA, 2012) e bibliográfica, privilegiando as fontes que foram sistematizadas pelas fundações Educar/Unicef e as três dissertações de mestrado anteriormente mencionadas.

Na primeira seção do texto, trilhamos o caminho do materialismo histórico-dialético percorrido por Lefebvre (2004; 1999) com seu método regressivo/progressivo pelo qual o autor propõe procedimentos que operacionalizam a dialética marxiana, em que a realidade concreta é historicamente concebida, percebida e vivida. No delineamento metodológico de Lefebvre, a perspectiva do materialismo dialético orienta a relação entre tempo e espaço pela qual buscamos compreender o PB como

objeto recortado cujo processo de teorização só tem sentido quando analisado à luz da produção social do espaço da Baixada Fluminense, na região do Grande Rio.

A segunda seção trata a particularidade do PB como uma iniciativa governamental inserida nas implicações sobre a realidade concreta, qual seja, a problemática do direito à educação e sua relação com os demais direitos de cidadania nos três municípios em que o projeto foi desenvolvido. Pela indissociabilidade com o espaço socialmente produzido, compreendemos o PB como um fragmento do real concebido não só como uma expressão do desencontro entre o econômico e o social, mas também como uma possibilidade para a mudança da realidade social.

Nas considerações finais ressaltamos que na particularidade histórica, da transição à democracia, os movimentos sociais buscaram uma fenda para, a partir dela, elevarem a consciência crítica dos sujeitos jovens, adultos e educadores para a conquista de direitos fundamentais nas chamadas periferias urbanas.

A produção social da Baixada Fluminense na dialética tempo-espaço

Na teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (2000) o espaço social não existe enquanto “coisa em si” (KOSIK, 2002), mas é um tecido vivo em que, a partir da perspectiva materialista dialética, questiona-se a vida cotidiana da sociedade moderna. O espaço, ou a prática espacial, é resultado de toda a prática social que é realizada em seu “terreno”. Desse modo, as relações de produção do capitalismo consomem o espaço social em sua totalidade, não somente o espaço da exploração por meio do trabalho, mas, também, como o lugar onde as relações sociais se produzem. Nesse sentido, o espaço é tratado na concepção lefebvriana como processo, e não como um produto.

Ao apresentar a sua concepção original sobre a produção do espaço, Lefebvre consolida um dos maiores avanços da práxis do materialismo histórico-dialético quando eleva a problemática do espaço como reprodução⁵ das relações sociais. Para o autor, o espaço envolve as contradições da realidade social, pois, transformado em produto social, torna-se uma mercadoria que se abstrai enquanto mundo.

⁵ Lefebvre (2016, p. 4) entende a dialética “re-produção” e produção nas dinâmicas entre o biológico e demográfico (reprodução da condição essencial do trabalho: os trabalhadores) – tecnologia (reprodução dos meios de produção, ferramentas e máquinas, saber e técnicas, organização do trabalho) –, econômico (reprodução dos objetos da troca, das relações da troca) – e enfim, sociopolítica (reprodução ou não das relações sociais de produção, portanto, de propriedade).

Na acepção da mundialidade do espaço, Lefebvre (1999) acentua que a cidade e o urbano, embora sejam realidades distintas, são indissociáveis, pois fazem parte da totalidade social e, sendo a cidade a morfologia material das relações sociais, sua forma concreta demanda do pesquisador uma postura teórico-crítica pela qual o materialismo histórico-dialético requer procedimentos operacionais para a superação da aparência fenomênica do espaço.

Nesse esforço operacional, Lefebvre (2003) propõe o seu método regressivo-progressivo como dialética da tríade constituída pelas dimensões do concebido, do percebido e do vivido que ocorrem concomitantemente na produção social do espaço.

A dimensão do concebido é o espaço dominante em qualquer sociedade, ou seja, o modo de produção no qual “As concepções de espaço tenderiam (com algumas exceções às quais será necessário retornar) para um sistema de signos elaborados verbal-intelectualmente” (LEFEBVRE, 2000, p. 40).

Trata-se do espaço instituído pelo trabalho de intelectuais que planejam tecnicamente o desenho da cidade, fazendo-a homogênea, fragmentando-a e hierarquizando os lugares para os fluxos da produção e reprodução social. Com a globalização, o aprofundamento da fragmentação e a hierarquização socioespacial interferem diretamente no acesso aos direitos básicos, o que corrobora com os apontamentos de Bourdieu (1993) ao afirmar que os lugares dos indivíduos no espaço social são determinados pela distribuição de capital (econômico, social e simbólico) que conforma relações entre classes sociais.

Não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, mascarada pelo efeito de naturalização que implica a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural: as diferenças produzidas pela lógica histórica podem assim parecer surgidas da natureza das coisas (BOURDIEU, 1997, p. 160).

Diante da complexidade horizontal da realidade, o papel ativo do/a pesquisador/a é apurar o visível da vida social. Vale dizer que capturamos a manifestação material do objeto, descrevendo o que vemos ou que nos fazem ver. Como moradores por mais de trinta anos na BF, particularmente no município de Duque de Caxias, município este no qual consolidamos nossa história de vida profissional e acadêmica, muitos são os problemas que materializam a BF como espaço social produzido, comumente identificado pelas mídias locais e nacionais e,

mesmo por moradores, como uma região da falta de direitos básicos, principalmente saneamento básico, saúde, transporte público, escolas públicas de ensino médio e superior, entre outros.

Mas, sobretudo, a BF é percebida como uma região de maiores índices de violência urbana, cujas dinâmicas guardam estreita relação com fatores de longa duração e estruturais na história dessa região (RODRIGUES, 2007), elevando preconceitos variados em relação a ela. Não havendo hierarquia nas dimensões do espaço concebido, do percebido e do vivido, Lefebvre explica que o espaço percebido é aquele da percepção comum do indivíduo e de seu grupo social, da família, da vizinhança (LEFEBVRE, 2000).

O autor, contudo, esclarece que a realidade percebida não parte da mente do indivíduo, mas de sua prática social, no espaço praticado, das maneiras como se relaciona com o concebido. Vale dizer que o percebido está ancorado na concretude do que se vive, na materialidade socialmente produzida.

Em um dos documentos publicados pela Educar/Unicef, “A Baixada para cima”, recorreremos aos enunciados de D. Mauro Morelli, bispo da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, que consideramos uma síntese da dupla complexidade do método lefebvriano: a complexidade horizontal, do percebido, e a complexidade vertical, do vivido, na materialidade concreta da Baixada Fluminense:

A Baixada Fluminense é um retrato em branco e preto do Brasil. Situa-se próximo à cidade do Rio de Janeiro e faz parte da área metropolitana. Começando pelo povo da Baixada: 60 a 70% da população é de raça negra. Esse povo descende da situação criminosa e vergonhosa que foi a escravidão no Brasil. A maioria ainda vive hoje não numa escravidão jurídica, mas numa escravidão de fato, que é a marginalização, a impossibilidade de participar de verdade da vida social, econômica e política do país (...). A Baixada é também o espaço dos migrantes, expulsos da terra. São os irmãos brasileiros que foram escoraçados do Nordeste e de outras regiões do país, que vêm buscar um novo espaço de vida. E aqui sofrem novamente. Sem esse povo “a cidade maravilhosa” não se explica, não se mantém de pé, não vive. É nesse contexto injusto que nós devemos compreender a Baixada Fluminense e a sua população (UNICEF/MEC/EDUCAR, 1988, p. 23-24).

Nesta síntese, podemos compreender a Baixada como espaço social envolvido na dupla complexidade da vida social, horizontal e vertical. Da complexidade horizontal, colhemos e descrevemos, a partir de uma determinada perspectiva teórica,

o que é visível. Trata-se do momento (procedimento) descritivo do método lefebvriano em que o tempo de cada relação não está identificado.

Para continuarmos no processo de elaboração teórica do objeto, é preciso seguir adiante em um segundo momento analítico-regressivo do método pelo qual

mergulhamos na verticalidade da vida social, a da coexistência de relações sociais que têm datas desiguais. Nele a realidade é decomposta (...). De modo que no vivido se faz de fato a combinação prática das coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas (MARTINS, 1996, p. 21).

O que percebemos da e sobre a Baixada está encoberto por camadas nas quais o vivido demanda ser compreendido por vários campos de saberes: a economia, a sociologia, a antropologia, a ciência política, a estatística, entre outros campos.

No terceiro momento do método, o/a pesquisador/a volta à superfície, ao reencontro com o presente compreendido. Nesse momento regressivo-progressivo do método, “é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não podem ser reduzidas a meros confrontos de interesses entre categorias sociais” (MARTINS, 1996, p. 21). Na concepção lefebvriana de contradição,

os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades. Na gênese contraditória de relações e concepções que persistem está a descoberta de contradições não resolvidas, necessidades insuficientemente atendidas, virtualidades não realizadas (MARTINS, 1996, p. 22).

Pelo campo do saber histórico, a Baixada Fluminense é um dos desencontros do Brasil nas décadas de 1940 e 1950, décadas nas quais ocorreu um intenso processo de industrialização que (re)organizou sócio espacialmente a vida social tanto do campo quanto da cidade e provocou a divisão territorial do trabalho. O campo foi submetido a novas atribuições, colocando-o numa posição de dependência para com a cidade. A cidade não somente concentrou as decisões políticas, mas, também, as econômicas e culturais necessárias para o desenvolvimento das indústrias e, em consequência, a reafirmação da hegemonia da antiga elite agrário-exportadora, agora burguesia industrial.

A cidade é um fenômeno da revolução burguesa. A dimensão geográfica da burguesia é alçada como lugar do qual emana o projeto societário burguês, sua realização de poder político desde a cidade para todos os territórios a dirigi-los e submetê-los política, cultural e economicamente.

A burguesia e o seu sistema social, o capital, necessitam de todo o espaço social para a sua forma social dominante. Essa expansão não se realiza de maneira homogênea, mas pelo estabelecimento de relações desiguais entre centro e periferia pelas quais as classes e frações hegemônicas na direção e no domínio dos aparelhos privados do Estado distribuem social e espacialmente os equipamentos de uso coletivo de acordo com os seus interesses.

O modo de vida urbana, por atingir tanto a objetividade (ou, melhor, as condições materiais de existência dos indivíduos), quanto a sua subjetividade (os seus ideais, costumes, valores, hábitos, ética, moral, dentre outros), seguiu a mesma lógica, culminando, deste modo, na amplificação das desigualdades sociais e espaciais do país.

O processo de expansão das cidades se sucedeu de maneira acelerada e articulada com o grande período de expansão das migrações internas no país, principalmente na migração do campo para as cidades. Segundo dados disponibilizados pelo IBGE, na década de 1940 a população urbana do país correspondia a 31,2%; já em 1980, esse número mais que dobrou e chegou aos 67,6%, atingindo altos índices de crescimento demográfico, principalmente nas cidades metropolitanas como Rio de Janeiro e São Paulo, o que pressionou a demanda por moradia e condições básicas de reprodução da vida na cidade.

Esse processo intensificou o êxodo rural por conta, em especial, da modernização do campo alavancada pela mecanização do trabalho e, no mais, pela concentração de terras na forma de grandes latifúndios. E, para os trabalhadores rurais que viviam do/no campo a alternativa imposta de sobrevivência foi a busca por trabalho e possíveis melhores condições de vida na cidade.

O surgimento de polos industriais ocorreu em áreas providas de infraestrutura adequada, farta mão de obra disponível, circulação de mercadorias e grande mercado consumidor. Essas indústrias se concentraram, principalmente, no eixo São Paulo-Rio, exorbitando o processo migratório do campo na busca por trabalho na cidade.

Entretanto, o planejamento das cidades não caminhou paralelamente com as demandas dos contingentes humanos migratórios que passaram a habitar o espaço urbano. Ao contrário, o que ocorreu foi uma organização hierárquica das cidades, em que a classe trabalhadora fora segregada e, também, excluída dos debates acerca do direito à cidade e do direito ao urbano. Questões relacionadas ao direito à terra, ao

saneamento básico, à saúde, à educação, à mobilidade em transportes públicos, à carestia dos alimentos, à segurança pública, ao lazer, ente tantos, evidenciaram o descompasso entre a cidade e o urbano.

Sem planejamento capaz de democratizar o espaço urbano no sentido de oferecer melhores condições de vida para a população, as contradições foram aprofundadas e por elas impulsionadas à práxis dos pesquisadores em voltar ao fenômeno da morfologia concreta, à descoberta da gênese contraditória das incoerências gestadas e das possibilidades que não foram realizadas. Na trilha metodológica percorrida por Lefebvre, Santos (1993) afirma que este descompasso levou à “urbanização da pobreza”, porque o que concebemos por urbano foi constituído pelo particular capitalismo periférico dependente (FERNANDES, 2009).

No capitalismo periférico e dependente, a Baixada Fluminense assume fundamental papel para a economia do estado. Através de um rígido controle e legislação restritiva sobre o uso do solo na capital da metrópole, ao concentrar neste espaço investimentos, recursos e reformas urbanas, fez a especulação imobiliária e o preço do solo da cidade passarem a ser inacessíveis aos trabalhadores assalariados de baixa renda.

A insuficiência e/ou inexistência de planejamento urbano aprofundou as desigualdades sociais do e no espaço urbano. É exemplo disso a intensa especulação do solo urbano das grandes cidades, onde as altas dos preços dos imóveis e dos serviços fizeram com que as classes populares fossem segregadas em áreas periféricas, longe do núcleo dos grandes centros urbanos. Áreas estas que por serem geograficamente distantes dos grandes centros eram, também, distantes dos investimentos de capitais e, por essa razão, sem acesso aos bens de uso coletivo. Em estudo sobre os movimentos populares na luta pela expansão do ensino público, Spósito (1983) analisa que:

o crescimento desmedido das cidades em direção às periferias não foi acompanhado pela formação de uma infraestrutura urbana que possibilitasse aos seus moradores as condições mínimas de sobrevivência. Esses núcleos novos não contavam com um sistema de transporte, luz, água, esgotos, postos de saúde e outros serviços de consumo coletivo. Desse modo as carências urbanas que afetavam a qualidade de vida dessas populações articularam vários moradores dos núcleos periféricos em torno de movimentos reivindicatórios (SPÓSITO, 1983, p.26).

O estudo da autora corrobora para enfatizar as lutas populares pelo direito à educação como uma expressão dos processos de exclusão radicadas nas periferias dos grandes centros urbanos. Nesse sentido, a Baixada Fluminense tem o seu espaço social produzido pelos habitantes proletários e migrantes.

A sua formação nas e pelas bordas da capital fluminense é estimulada pela ação dos agentes hegemônicos e dirigentes do aparato estatal que tomam decisões sobre sua atuação nos lugares. Como reflete Carlos (2016, p. 52) “O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (...)”.

Sobre isto, lembramos com Santos (2006, p. 135) que “a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir das pessoas, firmas e instituições”. A hierarquia existente entre a capital metropolitana e a região da Baixada Fluminense corrobora a produção do espaço como relação social.

A divisão do trabalho supõe a existência de conflitos. Devemos levá-los em conta para empreender uma análise do fenômeno que seja válida. Entre esses conflitos, alguns são mais relevantes. O primeiro é a disputa entre o Estado e o mercado. Mas não nos podemos referir a essas duas entidades como se fossem um dado maciço. Dentro do mercado, as diversas empresas, segundo a sua força, e segundo os respectivos processos produtivos, induzem a uma divisão do trabalho que corresponde ao seu próprio interesse. E as diversas escalas do poder público também concorrem por uma organização do território adaptada às prerrogativas de cada um. As modalidades de exercício da política do poder público e da política das empresas têm fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modificá-la à sua imagem (SANTOS, 2006, p. 135).

Se para Santos o poder público e o mercado são determinantes na divisão dos recursos entre os lugares na sua chamada divisão territorial do trabalho, compreende-se que esta relação social corresponde aos interesses do capital para acumulação sobre o excedente dos trabalhadores periféricos, o que vem a corroborar com as apreensões analíticas de Rodrigues (2007), para quem o Estado faz-se presente e, ao mesmo tempo, faz-se ausente no espaço social:

A presença e aparente ausência do Estado aprofundam contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A presença diz respeito, entre outras dinâmicas, à definição do salário-mínimo, às normas jurídicas de apropriação e propriedade da terra, à legislação de uso da terra e edificações, à implantação de infraestrutura e equipamentos de

uso coletivo. O Estado parece ausente ao definir salários insuficientes para a reprodução da vida, não prover o acesso universal aos meios de equipamentos de uso e consumo coletivo (RODRIGUES, 2007, p. 74).

A Baixada Fluminense é uma das expressões socioespaciais do estado capitalista periférico que reproduz esta relação na dinâmica entre as escalas. A convivência entre os contraditórios no espaço brasileiro, o arcaico e o moderno, não é um fruto anômalo do desenvolvimento capitalista desigual, faz parte da sua gênese. É a forma encontrada pelo capitalismo local de produzir, reproduzir e acumular o capital.

Muito embora as condições de permanência das relações sociais de exploração dos trabalhadores sejam, ainda, explorações de espaços, também somos capazes de neles agirmos politicamente. Ao examinar o tema da produção política da sociedade pelas lentes de Lefebvre, Spósito (1983, p. 28) entende que este autor apreende a emergência de novas relações que não se fecham meramente à reprodução das relações de base econômica, pois, “quando essa produção se liga ao Estado e nele e por ele é conduzida, ocorre a produção política da sociedade”.

Nesse sentido, podemos afirmar que o espaço é relação social, lugar de mediações entre o percebido e o vivido. Na dimensão do vivido, a Baixada Fluminense é também criação, pois, conforme assevera Lefebvre, a superfície da realidade é rompida pelos resíduos das contradições das necessidades radicais. Desse modo, elucidamos possibilidades que podem ser realizadas pela práxis social em seu duplo fundamento:

o sensível, de um lado, e, do outro, a atividade criadora, estimulada pela necessidade que ela transforma. (...). O trabalho é produtor de objetos e de instrumentos de trabalho. Mas ele também é produtor de novas necessidades; necessidades na produção e necessidades da produção. As necessidades novas em quantidade e em qualidade reagem sobre aqueles que lhes deram origem (LEFEBVRE, 1979, p. 32).

As necessidades são visíveis e reivindicadas pela população, tais como melhorias no saneamento básico (água, esgoto), na saúde, no transporte público, na educação. Estas necessidades invadem a superfície com a força do possível, a possibilidade de serem realizadas, na práxis do sensível e da atividade criadora.

O Projeto Baixada só tem a sua existência efetivada mediante as contradições percebidas e vividas pela população fluminense, tais como problemas relacionados ao saneamento básico, ao transporte público, à moradia, entre outros.

Na próxima seção, cuidamos de argumentar que o Projeto Baixada é expressão do desencontro de tempos em relação ao direito à educação de jovens e adultos. Sua implantação nos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti contribuiu para adensar o processo político da sociedade.

O Projeto Baixada como uma expressão do vivido pelos movimentos associativos de moradores

O Projeto Baixada foi formulado ao tempo em que se modificara o quadro político-institucional no Brasil, intensificado em fins da década de 1970 e ao longo da década de 1980. Pelas mãos da mobilização popular e de forças políticas democráticas, neste período, buscou-se efetivar a conquista dos direitos de cidadania e a institucionalização de uma nova ordem constitucional no país.

No campo das lutas pela democratização do Estado e da sociedade, a identificação, por parte dos movimentos sociais organizados, sobre o caráter político explícito e implícito das iniciativas e dos programas desenvolvidos pelo governo federal, especialmente na formulação de políticas públicas, foi pautada por intensos processos de debates públicos pelas entidades representativas dos movimentos sociais.

A sociedade civil organizada se movimentava com cuidado político e estratégico para que as reivindicações e conquistas relativas às políticas públicas não fossem concebidas como dádivas e doações ou, mesmo que fossem empreendidas conjuntamente com o Estado, os movimentos organizados empenhavam sua capacidade política em evitar tentativas de cooptação e desvios sobre o controle político congestionado das ações que poderiam conduzir à cidadania concedida e não conquistada.

As crescentes insatisfações e manifestações populares ampliadas pelas organizações sindicais, entidades civis e organizações de associações de moradores e reunidas em federações pela defesa das liberdades democráticas lançam, nos fins dos anos 1970 e início da década de 1980, as suas forças decisivas contra o desgastado e antipopular regime militar. A ampliação da organização popular na luta

pelas eleições diretas, no movimento denominado “Diretas Já”, reativa a consciência popular pela conquista da cidadania política. Entretanto, o governo militar obtém uma vitória, quando a emenda do Deputado Federal Dante de Oliveira, PMDB-MT, é rejeitada pelo Congresso Nacional em 1985.

Buscando uma retirada estratégica da condução política do país, o regime militar escolhe o seu próprio campo, o Colégio Eleitoral, como último recurso para a sua indireta perpetuação no poder. Porém, os resultados da eleição para Presidentes da República têm, a princípio, um amargo sabor para os antigos donos do poder, com a retomada do caminho de redemocratização da “Nova República” ou governo de transição democrática.

Pode-se afirmar que, desde os primeiros anos da década de 1980, as chamadas regiões metropolitanas de periferia em relação à cidade do Rio de Janeiro estão associadas à redemocratização do país, iniciada no final da década de 1970. Marques (1996) chama atenção para o fato de que o aumento das disputas no campo eleitoral, associado a um crescente movimento de associativismos na vida política nacional, exerceu intensa pressão social que, por sua vez, levaria o Estado para uma situação de busca mais frequente de legitimação com ações de políticas públicas.

O autor ressalta que, no caso do Rio de Janeiro, as transformações teriam como elemento político importantes movimentos sociais urbanos

engajados na luta contra os aumentos do sistema financeiro da habitação – Famerj (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro), regularização de loteamentos irregulares e clandestinos (especialmente na zona oeste), na alteração das condições de vida em favelas – Faferj (Federação de Associações de Favelados do Estado do Rio de Janeiro) – e nas demandas por serviços públicos visando à melhoria da qualidade de vida na Baixada Fluminense (MARQUES, 1996, p. 88-89).

Nesse sentido, os bairros e municípios vão sendo redefinidos, não apenas como lugar; compõem ainda um espaço social de lutas, relação de forças por meio da qual a realidade é vivida e mobilizada por alianças e confrontos entre diversos grupos sociais com poderes diferentes. Concordamos com Massolo, para quem

bairros e municípios são espaços nos quais se constroem e se entrelaçam as relações de luta, defesa, alianças e confronto com os aparatos políticos administrativos do Estado a fim de melhorar as bases materiais do consumo coletivo e as condições de vida, adquirindo a instituição e território municipal uma importância cada vez

mais estratégica para os movimentos e organizações populares (MASSOLO, 1988, p. 47).

As associações de moradores vinculam-se a uma das categorias dos movimentos sociais, apresentando como sua marca mais característica a heterogeneidade. Nelas coexistem, coparticipam indivíduos de poder econômico diverso, jovens e idosos, pessoas de diferentes religiões, gêneros, raças etc. Além da variada composição de seus sujeitos, as associações de moradores assumem distintas frentes de reivindicações e lutas, desde que correspondam às necessidades e à defesa de interesse dos moradores do bairro.

Para Singer (1980) a importância das associações de moradores de bairro é ainda maior, pois possuem dimensões que, como instâncias participantes da dinâmica social do mundo urbano capitalista, constituem-se, ao mesmo tempo, em formas de solidariedade e coesão comunal, e em luta por melhores condições de vida da população. Têm por base formas de coesão social que viabilizam sua expressão “para fora”, no sentido de reivindicarem, junto aos poderes públicos, a satisfação das demandas que decorrem das próprias exigências da vida urbana.

Nesse contexto, o período de transição para a democracia revelou necessidades na formulação e nos investimentos de novos programas sociais, incluindo os da área de educação básica para jovens e adultos em substituição ao Mobral, organizado pela ditadura. É criada, pois, a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar) pelo Ministério da Educação, com o objetivo de “Prestar cooperação técnico-pedagógica, financeira e material para desenvolver uma proposta de Educação Básica” (EDUCAR/UNICEF, 1986).

A fim de atender a uma realidade específica nas comunidades populares da Baixada Fluminense, uma equipe técnica da Fundação Educar/Unicef implantou em 1986 o Projeto Baixada, estabelecendo com as associações de moradores desta região convênios para o desenvolvimento deste projeto.

Importante lembrar que, no ano de 1980, os três municípios em que o projeto foi implantado possuíam, juntos, mais de dois milhões de habitantes, o que correspondia a um dos objetivos do projeto.

Quadro 1 – População acima de 15 anos alfabetizada/analfabeta

Municípios	População (Pop.)	Pop. acima de 15 anos	Pop. acima de 15 anos alfabetizada	Pop. acima de 15 anos analfabeta	% analfabetismo
Nova Iguaçu	1.095,805	684,75	568,153	166,605	17,03
Duque de Caxias	575,814	366,47	306,553	59,924	16,35
São João de Meriti	398,82	260,31	228,362	31,949	12,27
Total	2.069,445	1.311,546	1.103,068	208,478	15,89

Fonte: IBGE (Censo de 1980) – Dados Distritais, RJ.

Vale ressaltar que, no período de vigência do projeto, um dos objetivos da dissertação de mestrado de Eliane Andrade (1993) foi traçar o perfil dos alunos participantes do projeto. No levantamento realizado pela autora constatou-se que 58,3% dos alunos haviam nascido em municípios da região metropolitana do Grande Rio, sendo estes da capital do Rio de Janeiro, do leste metropolitano fluminense (São Gonçalo e Niterói) e de municípios da Baixada Fluminense.

O destaque analítico dado pela autora é, sobretudo, o caráter participativo do projeto, que envolveu as federações de associações de bairros, principais veios de representação e participação política dos movimentos populares organizados. Segundo a autora:

Seu envolvimento possibilitou que se implementasse o projeto por meio de um planejamento de caráter participativo ou, mais especificamente, através de um processo de gestão coletiva, onde todas as decisões eram discutidas pelos representantes dos diversos segmentos, ou seja: professores, supervisores, líderes comunitários, educadores da Fundação Educar, etc. Por um lado, o Projeto caracterizou-se por ser um processo de aprendizado pela execução. Fomos, todos os envolvidos, aprendendo e avançando na busca de novas metodologias de trabalho. Por outro, o Projeto constituiu-se na resultante de um jogo político, na medida em que as definições foram elaboradas gradualmente, através da discussão, do confronto, da negociação, da remoção de obstáculos de várias naturezas (ANDRADE, 1993, p. 18-19).

Os objetivos do projeto corroboram com este caráter, em que se privilegiaram a participação e gestão coletiva do projeto e os princípios político-pedagógicos assumidos:

Alfabetizar jovens e adultos, utilizando metodologia que estimule a reflexão do processo ensino-aprendizagem/movimento popular;
Permitir ao aluno, egresso do curso de alfabetização, dar continuidade a seus estudos, com equivalência às quatro primeiras séries do Primeiro Grau;
Qualificar professores, supervisores pedagógicos e auxiliares administrativos, indicados pelas organizações que representam os grupos populares, visando ao melhor desempenho das tarefas;
Elaborar material didático de acordo com o interesse e necessidades dos grupos organizados;
Registrar e sistematizar a prática desenvolvida pelos grupos populares no que se refere à educação de jovens e adultos;
Contribuir para o desenvolvimento de propostas de formação de professores especializados em educação de adultos (...)
(EDUCAR/UNICEF, 1986, p. 8).

As precárias condições de vida da população da Baixada Fluminense, apesar de esta ser considerada a terceira região de maior arrecadação de impostos do estado, delinea um quadro composto de profundas contradições infra estruturais que afetam diretamente a qualidade de vida de milhões de pessoas e a produção social do analfabetismo. Nessas condições, as associações de moradores ganharam papel destacado na luta pelas conquistas de melhores condições de vida, afirmando-se como polos avançados nas comunidades. Dilataram suas experiências nos processos de luta e ultrapassaram a noção de carência para a afirmação de direitos.

A inclusão de um projeto de alfabetização com perspectiva de possibilitar aos jovens e adultos continuidade em seus processos de escolarização nessa região organizada pela esfera institucional do governo federal pressupõe algum nível de “barganha” entre este e as associações de moradores, isto é, o primeiro se responsabiliza pelo apoio técnico financeiro e a capacitação de pessoal, enquanto o segundo, mesmo indicando pessoas para atuarem em diferentes setores do Projeto Baixada, manifestou algumas desconfianças em relação ao sentido do convênio e de condições para a sua implantação.

Sobre isso, Monteiro (2007) discorre que o início da participação para realizar os convênios entre as associações de moradores e a Fundação Educar revelou a diferença entre elas, quanto à linha e à atuação política diante de convênios com o governo federal. As lideranças recebiam que as velhas práticas assistencialistas continuassem presentes na nova iniciativa. Esta desconfiança foi descrita pelo presidente do Movimento União de Bairros (MUB), em Duque de Caxias. Para José Zumba, “Não basta mudar de nome para um órgão se tornar confiável. A gente nunca

confiou no Mobral, porque sabia que tinha interesses eleitoreiros” (UNICEF/MEC/Educar, 1988).

Dedicada à pesquisa sobre o projeto no município de Duque de Caxias, um dos aspectos levantados por Monteiro foi a presença de jovens nas turmas, o que representou um grande desafio aos professores e organizadores do projeto neste município. No âmbito da sistematização da dissertação, em uma entrevista realizada pela autora com uma das responsáveis pelo projeto no ano de 2006, a preocupação com o trabalho realizado junto aos jovens foi uma questão discutida pelo grupo:

A gente começa a sofrer um fenômeno, isso já no final, nos dois últimos anos, do aumento dos jovens. Que na verdade é um movimento que não pertence ao Projeto Baixada, pertence à Educação de Jovens e Adultos no país, que começa a ter o crescimento de jovens e adolescentes. (...) Fazíamos discussões homéricas de como construir metodologias, para dar conta de que a cada dia esse jovem chegava mais cedo na EJA. A gente começava a ter turmas de adolescentes e a gente usava toda uma metodologia para adultos. (MONTEIRO, 2007, p. 27).

O fenômeno de jovens nas classes do projeto, embora não fosse uma novidade, passou a ser percebido mediante a necessidade de construir metodologias em face das especificidades desses sujeitos. Estudo realizado por Fernandes (2021) analisa que o fenômeno da juvenilização da EJA não é novo, mas chamou atenção para o fato de que está sendo sistematicamente produzido pelas políticas governamentais influenciadas pelos exames de larga escala. Essas políticas introduzem os jovens filhos e filhas da classe trabalhadora em projetos de correção de fluxo e tão logo completem a idade mínima estabelecida na legislação em turmas de EJA, de modo que essa idade se torna a máxima para matrículas em turmas regulares.

A questão do direito à cidade e o direito ao solo urbano foi captada em pesquisa realizada por Alvarenga (1991), ao entrevistar alunos participantes do projeto. Durante o período de realização da pesquisa, quando a autora perguntou sobre o que os participantes do projeto consideravam serem seus direitos e o que era necessário para ter uma vida melhor, as vozes⁶ dos alfabetizandos que participaram do Projeto Educar constantemente expressavam a ausência de políticas públicas na cidade, percebidas

⁶ As entrevistas foram realizadas no ano de 1990.

e reivindicadas. Entre esses direitos, o que se destacava era o direito à moradia e, junto a tal reivindicação, incluía-se o saneamento básico e o meio ambiente.

– O povo tá precisando de casa pra morar (...). As pessoas moram mal, num cantinho apertado, com vala aberta pela porta e, ainda por cima, pagando um aluguel muito caro que come metade do que a gente ganha trabalhando (...). O povo precisa de ter mais direito de casa para morar (Aposentada – 78 anos).

A questão do direito à habilitação abrangia, portanto, um sentido mais amplo para os que precisam de um teto. A moradia é uma necessidade para todos e um dos direitos mais fundamentais do cidadão. Entretanto, envolve outros aspectos, além de sua função básica de abrigo. É necessário morar, ter um teto em condições suficientes de infraestrutura, iluminação, saneamento básico e segurança.

– Não adianta morar num lugar que seja nosso, se bem que isso seja muito importante, mas seria bom que a nossa casa fosse num lugar com luz e água, perto dos pontos de ônibus e sem perigo pras(sic) pessoas (...) (Dona de casa – 29 anos).

Os bairros nas áreas periféricas do centro urbano em Duque de Caxias vivem constantemente em condições subumanas. O frequente contato com os poços caseiros contaminados, a poluição, o mau cheiro e as grandes enchentes são um pesadelo constante para a população duque-caxiense e contribuem para o agravamento de toda essa situação.

Os entrevistados reivindicaram em seus depoimentos a intervenção do governo na construção de casas populares.

– Ah! ... Eu gostaria de morar numa casa em que eu não pagasse aluguel... O governo deveria de fazer mais casas pro povo, embora que a gente fosse pagando devagarinho, mas que no final fosse da gente (Diarista – 44 anos).

O direito à moradia, entretanto, tem-se transformado em uma das mais acirradas frentes de luta do movimento associativo do município, articulada pelo MUB, através de sua Comissão de Habilitação e Posse da Terra (CHPT). Através dessa comissão, o MUB teve destacado papel como um instrumento aguerrido nos episódios envolvendo a luta pela posse da terra.

A luta reivindicatória por uma reforma urbana conduziu um dos entrevistados a estender a sua reivindicação do direito de moradia ao direito à terra para os trabalhadores rurais.

– O povo deveria ter um cantinho de terra pra ao menos “socar a cabeça de baixo” (...). Tem muita gente precisando de um pedaço de terra pra plantar arroz, feijão, algodão e poder, assim, viver melhor (Aposentado – 63 anos).

Com base nesses depoimentos, podemos falar que o urbano corresponde à morfologia social que combina relações e concepções coexistentes na formação da Baixada Fluminense. Essa formação não é independente da organização de outros espaços, é um espaço produzido das relações sociais em que a formação econômico-social é unidade, mas com tempos de realização não iguais. No caso da Baixada Fluminense, envolve conflitos sociais na e pela distribuição de bens para a reprodução da vida social.

Historicamente sempre tivemos a cidade, desacompanhada do urbano. Contudo, esse processo de expansão, no qual as cidades aumentam seu perímetro urbano sem planejar o urbano, se sucedeu juntamente com o crescimento da economia do capital industrial, pontificada pela elite agrário-exportadora que encontrou, no processo de substituição de importações, o impulso determinante para o seu desenvolvimento.

Pode-se dizer que, ao interrogarmos o Projeto Baixada como objeto de pesquisa, nos posicionamos em um horizonte de sentido sobre o que ele suscita diante de um quadro em que a questão dos direitos à cidade está encoberta pelos tempos desiguais na formação social da Baixada Fluminense.

As condições urbanas são produzidas pelos processos sociais e acumulação predominantemente intensiva, no dizer de Marx (1978), submetendo a força de trabalho às relações de produção capitalista de superexploração do trabalho. Para a sua realização, o capital articula constantemente os ajustes espaciais, reorganiza os espaços, destruindo-os e reconstruindo-os constantemente para a produção, a circulação e o consumo das mercadorias e serviços com consequências na reprodução da força de trabalho. Essa viva e contraditória realidade social encaminha uma problemática do espaço na qual as condições de existência do sistema do capital necessitam de todo o espaço para se desenvolver e modificar.

A Baixada Fluminense concebida e percebida pelos sentidos humanos é uma realidade social que demanda ser compreendida na verticalidade de seus subterrâneos, aquela que é vivida pelos trabalhadores para além do que é percebido na sua horizontalidade, no cotidiano da vida.

Considerações finais

O artigo retoma a problemática da educação de jovens e adultos que envolveu a passagem do Mobral para a Fundação Educar, no contexto da transição democrática. Problematizou uma ação específica da Educar/Unicef, o Projeto Baixada, desenvolvido em três municípios mais populosos da Baixada Fluminense e com maior número de pessoas não alfabetizadas acima de 15 anos de idade.

Com o objetivo de analisar aspectos considerados, à época, como inovadores, o Projeto Baixada foi examinado à luz dos procedimentos metodológicos propostos por Henri Lefebvre na perspectiva do materialismo histórico-dialético, pelo qual o espaço é práxis social.

Buscou-se compreender o projeto como uma expressão da realidade social da Baixada Fluminense em dissertações que se dedicaram a interrogar o projeto, o que revelou, no tempo presente, o desencontro entre o que os esparsos documentos disponíveis sugerem e a incipiência de estudos empíricos capazes de captar as relações entre o concebido, o percebido e o vivido pelos sujeitos que dele participaram.

Muito embora concordemos com as críticas realizadas por Rummert (2008), de que as iniciativas governamentais para jovens e adultos atuais tenham o caráter de simulacro de oportunidades para a classe trabalhadora, problematizar o Projeto Baixada, com as lentes do presente, sustenta que a historicidade do objeto em estudo nos traz questões que perduram no contemporâneo. Isso revela que todo objeto de aparência pretérita convoca a percebê-lo e compreendê-lo como resíduo de necessidades radicais não resolvidas, como as vozes dos estudantes participantes do projeto continuam a ecoar.

Referências

ALVARENGA, M. S. **A inter-relação entre educação popular e organização comunitária como um fator de contribuição a construção da cidadania: um estudo de caso.** 1991. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ANDRADE, E. R. **Nos limites do possível: uma experiência político-pedagógica na Baixada Fluminense.** 1993. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, P. **Efeitos do lugar.** In: BOURDIEU, P. (org.). **A Miséria do Mundo.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

CARLOS, A. F. A. **A condição Espacial.** São Paulo: Contexto, 2016.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** São Paulo: EDUFF/Cortez, 1991.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional.** In: ARAÚJO, Ronaldo M. L.; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais.** Campinas, SP: Alínea, 2012. v. 1, p. 52-71.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 4. ed. São Paulo: Editora Globo, 2009.

FERNANDES, M. V. R. **A juvenilização da EJA no ensino médio da rede pública estadual do Rio de Janeiro.** 2021. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A cidade do capital.** Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamour. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão em fevereiro de 2006.

MARQUES, E. C. Equipamentos de saneamento e desigualdades no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública.** vol. 12, n. 2, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/TFpFhqdXkXrTYct8vg8tB3s/?lang=pt>. Acesso em 13 de julho de 2021.

MARTINS, J. S. **Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética**. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, K. **Para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MASSOLO, A. Em direção às bases: descentralização e município. **Espaço & Debates**. São Paulo: NERU, 1988.

MONTEIRO, W. T. Fios de uma história: entrelaces em experiências de educação de jovens e adultos em Duque de Caxias (anos 1980/1990). 2007. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades Socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, vol. 4, n. 6, 2007.

RUMMERT, S. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 175-208, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795x.2008v26n1p175/9570>. Acesso em 15 de julho de 2021.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SINGER, Paul. Movimentos de bairros. In: BRANDT, V. C.; SINGER, Paul (org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA JUNIOR, M. R. **A Fundação Educar e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil**. 2012. 205f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SPOSITO, M. P. Os movimentos populares e a luta pela expansão do ensino público. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 25-28, 1983.

UNICEF/MEC/Educar. **A Baixada para cima**. Rio de Janeiro: UNICEF, 1988.

_____. **Projeto de Educação Básica para Jovens e Adultos na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, 1986.